

A trajetória de Manoel Tranquilino Bastos: um maestro abolicionista no Recôncavo baiano (1884-1935).

MANUELA AREIAS COSTA*

Introdução

Atualmente, o método biográfico conquista cada vez mais espaço na seara da história, tanto a nível nacional quanto internacional. Esse *retour* ocorreu a partir de um movimento revisionista iniciado na década de 1970, quando os estudos de História Social passaram a privilegiar o papel dos indivíduos em detrimento do estabelecimento de estruturas que organizavam as relações sociais. O foco foi desviado das grandes estruturas sociais e concentrado nas ações dos indivíduos. A denominada “história vista de baixo”, proposta por Edward Palmer Thompson, mostrou claramente essa mudança de foco seguida mais tarde pelos micro-historiadores italianos, interessados no estudo das trajetórias individuais (Cf. SHARP, 1992: 39-62; THOMPSON, 1987; GINZBURG: 1987). Ao analisarem os percursos de escravos, libertos, operários e mulheres, entre outros agentes sociais, os historiadores realizam algumas das aspirações básicas da micro-história, como evidenciar aspectos e relações invisíveis nas abordagens “macro” e os espaços de liberdade dos indivíduos, mesmo diante de sistemas normativos extremamente violentos e opressivos.

Os historiadores brasileiros, influenciados por esse movimento revisionista, se dedicaram ao resgate dos sujeitos colocados à margem da história (Cf. LARA, 1995: 43-56). Essa mudança também refletiu nos estudos da escravidão e da abolição no Brasil (Cf. REIS & SILVA, 1989; CHALHOUB, 1990). A escravidão e a diáspora africana eram assuntos estudados quase exclusivamente através das dimensões macro-econômicas. Os negros/escravos eram, então, desprovidos de sua humanidade, coisificados, figurando em meio a estatísticas e quantificações. Sabemos que o recurso quantitativo ou serial é muito frutífero, mas muito se avançou nas discussões historiográficas sobre o tema da escravidão na medida em que se incorporou o foco microanalítico. A partir da década de 1980, a historiografia brasileira passou a enxergar o contexto social da escravidão e sua abolição

através do indivíduo, recuperando as ações de diversos agentes sociais nas últimas décadas da abolição.¹ Assim, os historiadores começaram a tratar os escravos e seus descendentes como agentes de sua própria história e o “silêncio biográfico” foi rompido (BEZERRA, 2011).

As biografias de escravizados e seus descendentes, não obstante a redução da escala de observação, permitem aos historiadores uma visão mais precisa, não apenas dos detalhes e particularidades, mas de fenômenos globais.² Relacionar a biografia ao tema da abolição, da escravidão e da diáspora africana tornou-se um grande desafio para o historiador. Diversos pesquisadores recorreram ao método biográfico a fim de compreender a trajetória de africanos na escravidão e na liberdade, usando para tanto, não raro, uma escala transatlântica (Cf. LOVEJOY, 2002; REIS; GOMES; CARVALHO, 2010).

No tocante às biografias de abolicionistas, sabemos que existem alguns estudos sobre personagens afrodescendentes, como André Rebouças (Cf. CARVALHO, 2009), Luis Gama (Cf. AZEVEDO, 1999) e José do Patrocínio (Cf. SILVA, 2006), que atuaram no movimento abolicionista e na defesa dos direitos dos negros. Apesar da historiografia voltar-se para as trajetórias desses líderes políticos, faltam estudos de homens não tão famosos, mas importantes propagandistas da liberdade negra, como o músico Manoel Tranquilino Bastos, personagem que vamos dar destaque neste trabalho. A trajetória do maestro, nos permite repensar antigas concepções sobre participação política e identidade negra,³ na cidade de Cachoeira, entre o período que antecede a abolição e o pós-abolição (1884-1935). Assim, por meio da trajetória de um músico mulato e abolicionista, pretendemos fazer, dentro dos limites desse artigo, uma leitura distinta dos desdobramentos da abolição e da construção de uma identidade negra no pós-abolição.

¹ A política deixava de ser circunscrita às elites, referendando a participação do povo no cenário político do Império. (Cf. MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994).

² O procedimento de pesquisa da micro-história pressupõe a observação aproximada de fenômenos ditos gerais por meio do recurso à redução da escala de análise. (Cf. Entrevista concedida por G. Levi a Juan José Marin. *Revista de História*. No. 41. Enero – Junio del 2000. EUNA-EUCR. (Heredia – Costa Rica), p. 131-148).

³ Destacamos que certa cultura musical do período despontava como uma importante expressão política de certos grupos sociais, especificamente os afrodescendentes, nesse momento histórico. Manuel Tranquilino Bastos, através de suas músicas e crônicas, revelou uma forma pouco estudada de se “experimentar política”. (Cf. o trabalho de: ABREU, Martha. “O crioulo Dudu: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor, 1890-1920.” *Topoi*, n. 20, v.11, jan-jun de 2010, pp. 23-24).

A trajetória de Manoel Tranquilino Bastos

O músico Manoel Tranquilino Bastos, conhecido no Recôncavo baiano como “Maestro Abolicionista”, nasceu em Cachoeira em 1850. Bastos era filho de Antônio de Souza Durão, um imigrante português que se instalou em Cachoeira no começo do século XIX, com uma negra alforriada chamada Carlota Maria da Conceição,⁴ nascida no Iguape, região onde concentrava diversos engenhos de açúcar em Cachoeira (RAMOS, 2011:26).

A história de Cachoeira nos remete aos conflitos pela Independência que tiveram lugar na Bahia entre os anos de 1822 e 1823. Podemos afirmar que a tradicional e efetiva participação do negro – escravo, forro ou livre – em assuntos políticos na denominada “Heróica Cidade Cachoeira”, remonta ao episódio da Independência. Desta forma, ressaltamos a participação de negros e demais grupos subalternos em debates políticos da cidade.⁵

Localizada a 110 quilômetros de Salvador, a cidade de Cachoeira – também conhecida como “A Heróica cidade de Cachoeira”, devido a sua expressiva participação na Independência, ou a “Cidade do feitiço” (REIS, 1988: 23-24; NASCIMENTO, 2007), por causa da grande concentração de terreiros de candomblé – era considerada o segundo termo mais importante da Bahia em fins do século XIX. Compreendia uma enorme área geográfica, com intensas relações comerciais e intercâmbios culturais, vastas plantações de fumo, bem como numerosos engenhos de açúcar (SANTOS, 2009:20).

No século XIX, Cachoeira passou a ser exportadora de fumo para o continente europeu e um dos principais caminhos do comércio brasileiro da época, o que possibilitou que a cidade se tornasse um centro de debates e reflexões intelectuais e artísticas. Foi justamente nesse contexto, que o maestro Manoel Traquilino Bastos se inseriu socialmente e politicamente, tornando-se um militante abolicionista, lutando para o reconhecimento e valorização racial.

⁴ Arquivo Regional de Cachoeira. Livro de qualificação de votantes (1875;1878).

⁵ O historiador João José Reis torna patente a participação do “partido negro” nas lutas de Independência na Bahia, sobretudo no Recôncavo, reduto de baianos e com grande presença de negros entre os patriotas – ao contrário de Salvador, que estava tomada por tropas portuguesas. (REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 79-98). Do mesmo modo, Hendrik Kraay comprova que os negros cativos lutavam nas batalhas da independência em troca das suas liberdades. (KRAAY, Hendrik. “Livres como o país”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 4, n. 48, setembro 2009, p. 22-4).

Ainda menino, Tranquilino Bastos aprendeu a tocar clarineta, se incorporando ao coro de Santa Cecília e, mais tarde, à *Banda Marcial São Benedito*, formada basicamente por músicos negros (SANTOS FILHO, 2003). No dia 13 de maio de 1870, dezoito anos antes da assinatura da Lei Áurea, Bastos fundou a *Lyra Ceciliana*, chamada anteriormente de *Euterpe Ceciliana*. Os músicos desta filarmônica também eram, em sua maioria, negros. Os dirigentes, sócios ou meros adeptos da banda eram simpatizantes e, até mesmo, engajados, de alguma forma, na luta contra a escravidão (RAMOS, 2011:22).

No ano de 1884, o maestro se associou à *Sociedade Libertadora Cachoeirana*, vindo a compor músicas, como o *Hino Abolicionista*, para serem tocadas em *meetings* públicos promovidos pela sociedade abolicionista. Como em muitas outras cidades, Cachoeira abrigou um sentimento de repulsa à escravidão e ao se inserir no movimento cultural e político em favor da liberdade dos escravos, Manoel Tranquilino Bastos se alinhava aos líderes do movimento abolicionista na cidade (RAMOS, 2011:21).

Diversos estudos vêm demonstrando que houve um grande apoio popular à emancipação escrava no Recôncavo (Cf. BRITO, 2003; FRAGA FILHO, 2006; SOUZA, 2010). O apoio popular ao movimento abolicionista no interior da província foi muito significativo. A população local participou ativamente nas fugas e acoitemento de escravos.

A participação de pessoas livres no movimento abolicionista aconteceu de diversas formas e as sociedades abolicionistas foram uma das principais formas de engajamento da população livre na luta pela abolição. Para Jailton Brito, seguindo as mesmas características do restante do país, o movimento abolicionista na Bahia se intensificou nos anos oitenta, quando houve a formação de várias sociedades abolicionistas, que promoviam grandes comícios e espetáculos públicos (BRITO, 2003:133). Cachoeira foi o município do interior baiano com o maior número de sociedades abolicionistas. A primeira sociedade abolicionista a ser formada em Cachoeira foi a *Sociedade Vinte e Cinco de Junho*, fundada em 1870. Em 1884, fundou-se a *Sociedade Libertadora Cachoeirana* e em 1887 foi criado o *Club Carigé*. A sociedade abolicionista, denominada *Libertadora Cachoeirana*, fundada em primeiro de maio de 1884, era composta por advogados, entre eles Cesário Mendes, contava com o apoio de representantes do clero, do comércio, das artes, da ciência, redatores de jornais, músicos e maestros de filarmônicas e o conselho do

Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos.⁶ Com um discurso humanitário, a sociedade almejava ver o Brasil livre de um “cancro que tantos males lhes tem trazido”.

No dia 19 de outubro de 1884, foi feita a segunda sessão da assembléia geral da *Sociedade Libertadora Cachoeirana*, que mandou celebrar *Te deum* em comemoração a liberdade de 13 escravos. Houve discursos e apresentações da filarmônica *Ceciliana*. Após os atos solenes, os beneficiados obtiveram suas liberdades, recebendo da mão do orador as suas cartas de alforria. O ato foi executado ao som de foguetes e de música, conduzida o tempo todo pelo músico Manoel Tranquilino Bastos, acompanhado pela filarmônica *Ceciliana*, da qual era maestro. Na ocasião, foi tocado o *Hino Abolicionista*,⁷ entoado por diversos cantores e composto exclusivamente para esta festa pelo referido “Professor Bastos”, que foi “muito e muito aplaudido e festejado”. Encerrada a sessão, a mesma filarmônica tocou o *Hino Nacional*.⁸ Esses eventos públicos, promovidos por associações abolicionistas, contavam, quase sempre, com apresentações musicais, teatrais, discursos e distribuição de cartas de alforrias (Cf. ALONSO, 2002).

O evento abolicionista também tinha o patrocínio de entidades que, apesar de não terem se organizado em função do abolicionismo, aderiram à causa. Foi o caso da filarmônica *Ceciliana*. A *Euterpe Ceciliana* juntou-se, em 1884, à *Sociedade Libertadora Cachoeirana*, promovendo músicas durante os eventos em prol de arrecadar fundos para a liberdade de escravos.⁹

⁶ A *Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos* foi fundada em 1874 por Aristides Milton e Ramiro Chagas. A sociedade abrigava os artífices, em sua maioria, negros e mulatos. (Cf. *Ata da Sessão Extraordinária da Assembléia Geral do Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos*, 13 de Maio de 1888.).

⁷ A letra do *Hino Abolicionista* proclama: “Brasileiros cantai liberdade/ Nossa pátria não quer mais escravos/Os grilhões vão quebrar-se num povo/ De origem somente de Bravos (...)” e, mais adiante: “O jugo do servilismo/ Role em pedaços no chão/ Pise altiva a liberdade sobre o pó da escravidão (...) Quebre os ferros da tirania, sejamos todos livres um dia”. (Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Coleção Manoel Tranquilino Bastos. Partituras. *Hino Abolicionista*, código 426).

⁸ Arquivo Público do Estado da Bahia. Atas da Sociedade Abolicionista Libertadora de Cachoeira. Seção do Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província, Série Governo: Sociedades, maço 2878 (1884).

⁹ O historiador Jailton Brito, consultando a série judiciário do APEB, constatou que em 26 de outubro de 1873, a *Sociedade Philarmônica Euterpe* solicitou à Presidência da Província a participação das bandas dos Batalhões 16 e 18 da Linha e da Polícia no concerto, que pretendia realizar no Passeio Público “em benefício da emancipação dos escravos”. Os clubes carnavalescos de Salvador, *Fantoches* e o *Cruz Vermelha* também atuaram em favor da abolição. (BRITO. *Op. cit.*, 2003, p. 64).

Manoel Tranquilino Bastos cantava a liberdade, a abolição, a Princesa Isabel,¹⁰ entre outros temas, denunciando a situação dos negros e a desigualdade racial. As tensões do período em análise estão presentes nas produções musicais de Bastos, o que permite resgatar seus valores e pontos de vista. Arelado ao movimento abolicionista, o músico colocou seu talento a serviço da causa da população “de cor”, ao criar diversas composições inspiradas na luta pela libertação dos negros e afirmação de uma identidade negra. Entre elas, podemos destacar: o *Hino Abolicionista*, composto em 1884 a pedido da *Sociedade Libertadora Cachoeirana*; o *Hino da Liberdade*; o *Hino 13 de maio*, composto em 1888; a polca *Príncipe Negro*; a quadrilha de valsa *Os Africanos*; e os dobrados *O Aurorial de Maio*, *Eccho da Liberdade*, *O anjo da liberdade* e *Navio Negreiro*, este último inspirado no poema de Castro Alves.¹¹

Tranquilino Bastos esteve sempre à frente dos movimentos sociais e políticos de Cachoeira. Isso pode ser verificado tanto nas suas obras musicais quanto nas suas crônicas,¹² publicadas em uma coluna do *Pequeno Jornal*, periódico semanal que circulava em Cachoeira. Tais crônicas foram escritas entre 1924 e 1935, ano em que faleceu. Porém, elas já tinham sido arroladas por Bastos em um livro manuscrito, não publicado e intitulado *Minhas Percepções*.

Em seus manuscritos, o músico criticava com veemência a violência policial contra os praticantes do candomblé, defendendo a liberdade religiosa de “cada raça”; pregava a “redenção da raça”; exaltava a figura de militantes abolicionistas, como Luis Gama, que considerava “o grande messias da liberdade nacional”; colecionava recortes sobre este último e André Rebouças; defendia sua cor, lutando contra preconceitos¹³ e considerava o 13 de maio de 1888 “a maior e mais solene data do nosso país”, escrevendo:

¹⁰ Sobre o fato da Princesa Isabel ter se consagrado como a “Redentora” dos escravos e como heroína para os negros e afrodescendentes, (Cf. SCHWARCZ, Lilia M. “Abolição como dádiva.” In: FIGUEIREDO, Luciano (org). *Revista de História da Biblioteca Nacional* (Coleção Revista de História no bolso, 3) ,2009).

¹¹ A coleção de Manoel Tranquilino Bastos contém cerca de 1500 documentos musicais, entre partituras e livros em forma de manuscritos, autógrafos e impressos. Desses, 966 obras são de autoria de Tranquilino Bastos. Grande parte de suas obras musicais encontram-se na Biblioteca Pública do Estado da Bahia e estão passando por um processo de organização arquivística (Cf. SANTOS FILHO. *Op. cit.*, 2003: 25).

¹² As crônicas consistem em textos curtos, geralmente publicados em jornais semanais e que abordam uma variada gama de temas (CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs). *História em Cousas Miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005).

¹³ No Brasil, em finais do século XIX, a sociedade vivia momentos conturbados. A escravidão acabara em 1888 e já em 1889 findara o Império. Em meio a este contexto caracterizado pelo fim da escravidão e realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentaram como um modelo

Tenho o 13 de Maio como o corolário da Independência do Brasil, porquanto independência sem liberdade é corpo sem vida. Seria inconcebível haver independência onde não havia liberdade, porquanto, o estrangeiro comprava e vendia os brasileiros seus escravos! Quando se compravam e se vendiam escravos, não podia haver um país independente, tão pouco podia ser uma república com milhões de escravo! A liberdade seria uma mentira. Eis por que maior que o 22 e o 89 é o 13 de Maio. Foi a mão da liberdade abrindo o palácio da independência. Hosana!¹⁴

Na semana que sucedeu a assinatura da Lei Áurea, Tranquilino Bastos saiu às ruas da cidade de Cachoeira, à frente da *Lyra Ceciliana*, arrastando cerca de sete mil pessoas, em sua maioria negros recém-libertos que comemoravam a abolição. Foi justamente na ocasião dessa passeata que o maestro compôs de improviso o *Hino 13 de Maio*.

[...] Cantemos, cantemos o seu hino em comemoração à vitória da abolição do crime e da exumação do Direito e da Justiça!

Treze de Maio
Nós te saudamos
Por tanta glória
Te adoramos
Cantai hosanas
Brasil e o povo
Que a nossa pátria
Nasceu de novo.¹⁵

Esse momento seria mais tarde retratado por ele na composição *Airosa Passeata*, composta em evocação a histórica noite do 13 de maio. Essa composição é conhecida e possui grande presença no repertório das filarmônicas do Recôncavo baiano.

Segundo o historiador Walter Fraga Filho, para os libertos e para os setores populares que se envolveram na causa da abolição, o 13 de maio significou o começo de uma nova era. Foi nesse clima de expectativas que, Tranquilino Bastos, deu o expressivo nome de Aurorina Maiotrece Bastos à filha nascida coincidentemente no dia 13 de maio de 1891 (FRAGA FILHO, 2008: 128).

Ainda segundo Fraga Filho, apesar das tentativas de esvaziamento das celebrações do 13 de maio,¹⁶ a festa parece ter resistido em Salvador, nos candomblés do Recôncavo,

teórico viável para justificar a permanência das hierarquias sociais (Cf. SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993).

¹⁴ Acervo Particular Jorge Ramos. *Manuscritos* de Manoel Tranquilino Bastos.

¹⁵ Acervo Particular Jorge Ramos. “Hino ao Treze de Maio”. *Manuscritos* de Manoel Tranquilino Bastos.

através do culto ao preto velho e nas ruas de Cachoeira. Anualmente, toda noite do dia 13 de maio, a filarmônica *Lyra Ceciliansa*, fundada por Bastos, desfila pelas ruas de Cachoeira, repetindo o mesmo trajeto do desfile abolicionista de 1888, executando o *Hino 13 de Maio* e a *Airosa Passeata* (FRAGA FILHO, 2010). Este ritual veio a marcar, simbolicamente, a memória do 13 de maio. Assim, por meio da música e das manifestações culturais afrodiáspóricas, o “dia da liberdade” seria lembrado e festejado pelos descendentes de escravos. Essas comemorações da liberdade negra assumiram diferentes significados políticos, contribuindo para preservar a memória coletiva e reafirmar o compromisso dos afrodescendentes com a liberdade e busca por direitos (Cf. DOMINGUES, 2011).

Tranquilino Bastos se emocionava cada vez que se referia ao 13 de maio de 1888, defendendo que o dia viesse a se transformar em feriado nacional. Já idoso e doente, confessou aos seus familiares e amigos que sentiria muito satisfeito se quando morresse tocassem o *Hino 13 de Maio* ou o *Hino Abolicionista* à beira de seu túmulo (RAMOS, 2011: 22).

Sabemos também que o músico aparecia ao lado de homens públicos e abolicionistas nos *meetings* promovidos pela *Sociedade Libertadora Cachoeirana*. Ao escrever hinos abolicionistas e canções como *O Navio Negreiro*,¹⁷ ele passou a se inserir como homem “de cor” no meio político da época, registrando através de suas músicas e crônicas, suas experiências e expressões da população negra e descendentes de escravos. Suas obras serviram de inspiração para os militantes do abolicionismo e símbolo da liberdade no Recôncavo, sendo usadas como canal de comunicação e expressão, oferecendo a possibilidade de participação política e afirmação de uma identidade negra.

¹⁶ De acordo com Walter Fraga, para as autoridades republicanas interessava esvaziar o 13 de maio de seu sentido reivindicativo e cessar a possibilidade de se tornar a grande data nacional. Existiu uma política de esquecimento em torno da data. Afinal, a abolição era a grande realização da monarquia e celebrar esta data gerava incômodo para as autoridades republicanas (Cf. FRAGA FILHO, Walter. “Os 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893.” In: *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010).

¹⁷ Assim como Bastos, outros militantes abolicionistas lembravam-se da poesia de Castro Alves em praças, reuniões, teatros e comícios abolicionistas. A obra literária de Castro Alves ajudou a construir uma consciência emancipadora. No texto de Martha Abreu, fica explícito que o político negro Monteiro Lopes e o músico crioulo Eduardo das Neves também utilizavam as obras de Castro Alves para expressarem uma identidade negra. No enterro de José do Patrocínio, em janeiro de 1905, também organizado por Monteiro Lopes, Eduardo se apresentara, ao lado de Lopes Trovão, com suas modinhas ao violão e com uma poesia de Castro Alves (“Lúcia, a escrava”) (ABREU, Martha, “O crioulo Dudu: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor, 1890-1920.” *Topoi*, n. 20, v.11, jan-jun de 2010, p. 23-24).

Ao lado de outros músicos afrodescendentes, trilhou um importante caminho de valorização dos artistas negros e combate à escravidão e busca por cidadania no pós-abolição (ABREU, 2010:29).

Palavras finais

A inserção de músicos negros nos debates e nas lutas políticas que marcaram os processos da abolição e do pós-abolição no Brasil, podem ser comparados com aqueles ocorridos em outras sociedades das Américas. Embora constituam situações históricas, culturais e sociais diversas, em tais sociedades, formas de acesso à cidadania sempre foram buscadas pelos emancipados e a música foi extremamente importante para a luta dos afrodescendentes pela cidadania e inclusão social.

Como apontou Paul Gilroy, a música expressava um elemento fundamental da cultura política negra desde o período escravista (GILROY, 2001). Sob essa óptica, a música teria sido o principal canal de manifestação da consciência humana dos escravos e seus descendentes, podendo ser entendida como uma opção profundamente ligada às estratégias específicas de luta dos afrodescendentes nas Américas. Assim, ela exerceu um papel fundamental na reprodução da cultura do “Atlântico Negro” e na conexão de diferentes comunidades da diáspora, tornando-se um importante canal de comunicação e expressão política (ABREU; VIANA, 2011: 185).

O resgate da trajetória de escravos e seus descendentes permite observá-los como agentes de sua própria história. A trajetória de Manoel Tranquilino Bastos, descendente de ventre forro, demonstra que homens livres de cor se engajaram no movimento abolicionista. Embora a pesquisa se encontre em estágio preliminar, podemos afirmar que como compositor e cronista, Bastos defendeu a causa da liberdade, o que evidencia a participação política de negros no contexto histórico da abolição e do pós-abolição.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. “O crioulo Dudu: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor, 1890-1920.” *Topoi*, n. 20, v.11, jan-jun de 2010, pp. 23-24.
_____; VIANA, Larissa. “Lutas políticas, relações raciais e afirmações culturais no pós-abolição:os Estados Unidos em foco.” In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Editora: FGV, Rio de Janeiro, 2011.

- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha – a trajetória de Luis Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: UNICAMP/CECULT, 1999.
- BEZERRA, Nielson Rosa. “Escravidão, biografias e a memória dos excluídos.” In: *Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 49, ago. 2011.
- BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870 -1888*. Salvador: CEB, 2003.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Liberdade é terra.” In: FIGUEIREDO, Luciano (org). *Revista de História da Biblioteca Nacional* (Coleção Revista de História no bolso, 3), 2009, pp. 85-87.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: Uma história das Últimas Décadas da Escravidão da Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs). *História em Causas Miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. “A redenção de nossa raça: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil.” In: *Revista Brasileira de História*. vol. 31, no 62, São Paulo, 2011.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- _____. “Os 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893.” In: *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro, modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: UCAM/Editora 34, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- KRAAY, Hendrik. “Livres como o país”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 4, n. 48, setembro 2009.
- LARA, Silvia H. “Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil.” *Projeto História*. São Paulo: PUC, outubro, 1995.
- LEVI, G. “Entrevista à Juan José Marin.” *Revista de História*. No. 41. Enero – Junio del 2000. EUNA-EUCR. (Heredia – Costa Rica), p. 131-148.
- LOVEJOY, Paul E. “Identidades e a miragem da etnicidade. A jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas.” *Afro-Ásia*, n. 27, 2002.
- MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.
- NASCIMENTO, Luiz Cláudio. *Terra de macumbeiros: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje -nagô em Cachoeira e São Félix – Bahia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia/ CEAO, Salvador, 2007.
- RAMOS, Jorge. *O sementeiro de Orquestras. Histórias de um maestro abolicionista*. Edição: Solisluna, Salvador, 2011.
- REIS, João José, “Magia Jeje na Bahia: a invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785.” In: *Revista Brasileira de História*, v 8, n. 16, São Paulo, mar/agos 1988.
- _____. ; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____ ; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS FILHO, Juvino Alves dos. *Manuel Tranquilino Bastos: um estudo de duas obras para clarineta*. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal da Bahia: Salvador: UFBA, 2003.

SANTOS, Edmar Ferreira. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SCHWARCZ, Lília M. *O Espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. “Abolição como dádiva.” In: FIGUEIREDO, Luciano (org). *Revista de História da Biblioteca Nacional* (Coleção Revista de História no bolso, 3), 2009.

SHARP, Jim. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1992.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “papa-pecúlios” a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Campinas: Tese (Doutorado em História) - IFCH/UNICAMP, 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Jacó dos Santos. *Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista de Cachoeirana (1887-1889)*. Santo Antonio de Jesus: Dissertação em história regional e local - Bahia/UNEB, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.